

Integração das perspectivas de estudos de implementação de políticas públicas educacionais: por uma agenda articulada de pesquisas

Integration of perspectives in the study of educational public policy implementation: towards an articulated research agenda

Willer Moravia¹

RESUMO: Este artigo discute as complexidades da implementação de políticas públicas, a partir dos pressupostos teóricos do campo das ciências políticas e da administração pública. Adotando uma abordagem qualitativa por meio de revisão bibliográfica, o trabalho enfoca a análise de diferentes modelos teóricos relacionados às gerações de estudos sobre implementação de políticas públicas. O objetivo é ilustrar como cada abordagem teórica contribui para um entendimento singular da implementação de políticas públicas. Com ênfase na educação, o presente artigo utiliza como estudo de caso, o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC). Através da descrição e breve análise dos resultados de estudos realizados sobre o PAIC por diferentes abordagens teóricas, pretende-se demonstrar o potencial de cada modelo em oferecer *insights* distintos e complementares. Esta revisão multifacetada destaca como a integração de diversas perspectivas teóricas pode enriquecer a compreensão do processo de implementação, revelando tanto os desafios quanto as estratégias eficazes. O estudo conclui enfatizando a necessidade de uma agenda de estudos de implementação de políticas públicas educacionais que considere e integre diferentes modelos analíticos e perspectivas.

PALAVRAS-CHAVE: implementação de políticas públicas; política pública; política educacional.

ABSTRACT: This article discusses the complexities of public policy implementation from the theoretical foundations of political science and public administration. Adopting a qualitative approach through bibliographic review, the work focuses on analyzing different theoretical models related to generations of studies on public policy implementation. The aim is to illustrate how each theoretical approach contributes to a unique understanding of public policy implementation. With an emphasis on education, this article uses the Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) as a case study. Through the description and brief analysis of the results of studies conducted on the PAIC using different theoretical approaches, this paper intends to demonstrate the potential of each model in providing distinct and complementary insights. This multifaceted review highlights how the integration of various theoretical perspectives can enhance the understanding of the implementation process, revealing both challenges and effective strategies. The study concludes by emphasizing the need for a research agenda on the implementation of educational public policies that considers and integrates different analytical models and perspectives.

KEYWORDS: public policy implementation; public policy; educational policy.

¹ Doutorando em Educação Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). E-mail willermoravia@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem-se observado um aumento significativo no interesse pelas políticas públicas e seu impacto na vida dos cidadãos. Esta proliferação de pesquisas reflete uma conscientização cada vez maior sobre a importância das políticas públicas no cotidiano das pessoas e na estruturação das sociedades.

De modo geral, políticas públicas referem-se às ações, decisões e programas adotados pelo governo para abordar questões de interesse público, ou seja, trata-se de um conjunto de ações governamentais que visam resolver problemas públicos e atender demandas sociais. As políticas públicas são caracterizadas pela intencionalidade, com objetivos a serem alcançados, e envolvem uma série de processos complexos e interrelacionados. Dessa forma, o campo das políticas públicas tem natureza multidisciplinar com foco nas explicações sobre a natureza dessas políticas e seus processos (Souza, 2006).

A compreensão das etapas cruciais no desenvolvimento de uma política pública, é facilitada pelo modelo teórico que entende a política pública a partir de um ciclo de processos associados. Essa abordagem permite visualizar e interpretar as complexidades dos processos envolvidos em uma política pública (Souza, 2006). O ciclo de políticas públicas é composto por fases interdependentes: identificação do problema, formulação, implementação, avaliação e reformulação.

Na primeira fase, o problema é identificado e colocado na agenda política, ou seja, é reconhecido como uma questão que precisa ser enfrentada pelo Estado. Na fase de formulação, são definidos os objetivos, as metas e as estratégias para enfrentar o problema, levando em consideração os recursos disponíveis e as possíveis resistências políticas. Na fase de implementação, a política é colocada em prática, com a alocação de recursos e a execução das ações previstas. É nesta fase que a administração pública assume o papel de fazer com que as intenções políticas sejam moldadas para ações concretas.

Na fase de avaliação, a política é avaliada para verificar se os objetivos foram alcançados e se os resultados foram satisfatórios. A avaliação pode ser realizada em diferentes momentos, desde a implementação até o fim da política pública. Por fim, na fase de reformulação, a política é reformulada com base nos resultados da avaliação, podendo ser ajustada ou até mesmo substituída por outra política. O ciclo de políticas públicas não é necessariamente linear e pode haver adaptações em cada fase, que, inclusive, podem se sobrepor ou ocorrer simultaneamente. Além dessas, algumas abordagens também consideram uma fase adicional de encerramento, que se refere ao momento em que uma política pública é finalizada, seja por ter alcançado seus objetivos, por ter sido substituída por uma nova política ou por ter sido considerada ineficaz.

Destaca-se a crescente quantidade de estudos focados na implementação de políticas, que têm se expandido tanto em âmbito nacional quanto internacional. Esses estudos representam uma vertente mais recente na análise de políticas públicas, originada da percepção de que algo estava acontecendo entre o planejamento das políticas e os resultados efetivos, o que levou ao surgimento desse campo de pesquisa (Lotta, 2019; Bichir, 2020).

A utilização de modelos analíticos na implementação de políticas públicas tem o potencial de enriquecer esses estudos e ampliar sua contribuição para o campo, ao oferecer uma maior capacidade de análise (Lotta, 2019). À medida que a produção na área amadurece, novos elementos analíticos são incorporados, com isso, atualmente a literatura identifica quatro gerações de estudos de implementação de políticas públicas, com características e enfoques específicos (Lotta, 2019, Bichir, 2020).

Nas políticas educacionais do Brasil, a investigação sobre a implementação fundamentada em modelos analíticos com afinidade à ciência política e à administração pública, encontra-se em fase embrionária, o que contrasta com o avanço observado nos estudos de implementação em outras áreas (Meira; Bonamino, 2021).

O presente artigo aspira contribuir com a literatura de implementação de políticas públicas, em especial da área da educação, a partir da defesa de uma agenda de pesquisa que integre as abordagens utilizadas nas diferentes gerações de estudos de implementação para a compreensão da complexidade e diferentes especificidades constitutivas de uma política. Este esforço é impulsionado pelo pressuposto de que os modelos teóricos relacionados a cada geração de estudos oferecem conhecimentos valiosos para compreender a tapeçaria de processos, interações e decisões que configuram a implementação de políticas e seu impacto na sociedade.

Assim, o objetivo do trabalho é ilustrar como diferentes modelos teóricos podem contribuir, de forma distinta e enriquecedora, para a compreensão da implementação de uma política pública. Para tanto, utilizaremos uma revisão bibliográfica estritamente seletiva sobre a implementação de uma relevante política pública educacional: o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC).

O artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção expõe brevemente a justificativa para uma agenda de estudos sobre a implementação de políticas públicas. Em seguida, a trajetória de estudos sobre implementação de políticas públicas é apresentada. A terceira seção descreve o percurso metodológico do trabalho. Logo após, o Programa de Alfabetização na Idade Certa é apresentado. A quinta seção discute as contribuições dos diferentes modelos teóricos para a compreensão da complexidade da implementação de uma política, a partir do caso do PAIC. Nas considerações finais, os principais pontos do trabalho são retomados e as contribuições do estudo são apresentadas.

POR QUE ANALISAR A FASE DE IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA?

A implementação de uma política pública é entendida como um processo de interação dinâmica entre diversos atores dentro dos ambientes institucionais e relacionais que caracterizam as comunidades políticas. Essa interação envolve uma negociação constante de significados e direções em todos os níveis, desde os escalões superiores até o nível de atuação de rua (Lotta, 2019).

Trata-se de um campo de estudo dinâmico e em constante evolução, refletindo mudanças nas percepções sobre a relação entre planejamento e execução no contexto da governança estatal. Desde as primeiras formulações teóricas até as abordagens contemporâneas, o estudo da implementação de políticas públicas tem passado por várias fases, marcadas por distintas gerações.

De modo geral, os estudos sobre a fase de implementação de políticas públicas são importantes porque permitem avaliar se as políticas públicas estão sendo efetivamente implementadas e se estão alcançando seus objetivos. Essa fase é crucial para o sucesso ou fracasso de uma política pública, pois é nessa etapa que as ações planejadas são colocadas em prática e os resultados são observados (Ribeiro; Bonamino; Carvalho, 2020).

Além disso, os estudos sobre a implementação de políticas públicas permitem identificar os desafios e obstáculos que surgem durante o processo, bem como as estratégias utilizadas pelos gestores públicos para superá-los. Essas informações são valiosas para aprimorar as políticas públicas e torná-las mais efetivas e eficientes.

Os referenciais teóricos provenientes das ciências políticas fornecem uma perspectiva valiosa e necessária para os estudos de implementação de políticas no campo educacional (Oliveira *et al.*, 2021). Eles possibilitam a análise das dinâmicas governamentais e o impacto das decisões políticas na educação e na sociedade. Esses referenciais auxiliam na compreensão das interações entre Estado, política, economia e sociedade, essenciais para a formulação e execução de políticas públicas. Além disso, fornecem uma análise detalhada das estruturas e processos políticos que afetam a educação, contribuindo significativamente para a eficácia das políticas educacionais.

GERAÇÕES DE ESTUDOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Antes do foco nos estudos de implementação, que ganhou impulso na década de 1970, as análises de políticas públicas tendiam a ser dominadas por uma abordagem centrada na política, *policy-centred*, que dava ênfase ao processo de formulação de políticas e às relações hierárquicas entre a formulação de políticas e sua implementação (Barret, 2014).

Nesse período, a implementação de políticas públicas era predominantemente entendida através de uma abordagem *top-down*. Inspirada pela lógica weberiana de funcionamento do Estado,

esta fase caracterizou a implementação como uma extensão linear do processo de planejamento. A visão predominante era de que as decisões tomadas em esferas superiores de poder seriam executadas conforme planejado nos níveis inferiores, com uma clara distinção entre formulação e implementação. Esta abordagem pressupunha que um planejamento detalhado e uma definição clara de objetivos garantiriam resultados efetivos. No entanto, estudos de caso como o de Pressman e Wildavsky (1973) sobre um programa federal em Oakland, Califórnia, desafiaram esta perspectiva, mostrando que a execução nos níveis locais enfrentava desafios significativos, revelando discrepâncias entre decisões centrais e ações locais (Lotta, 2019).

As críticas principais à abordagem *top-down* na implementação de políticas públicas se concentram em sua simplificação excessiva dos processos complexos, foco limitado apenas em grandes mudanças legais, otimismo irrealista sobre a capacidade de estruturação pelos formuladores, racionalismo e visão etapista que não capturam a causalidade real, e a negligência das dimensões políticas e da natureza ambígua e complexa das políticas públicas (Bichir, 2020).

Em contraposição a esta perspectiva, emerge nos anos 1980, a segunda geração de estudos sobre implementação que representou uma transição significativa para uma abordagem *bottom-up*. Esta perspectiva reconheceu a implementação como um processo dinâmico e interativo, concentrando-se nos implementadores no nível operacional. A implementação passou a ser vista como um processo de negociação e adaptação, onde múltiplos atores, com diferentes interpretações e interesses, interagem e influenciam o resultado.

A implementação de políticas públicas passa então a ser entendida como um processo criativo onde organizações locais adaptam planos macro a suas necessidades, desenvolvendo e implementando programas próprios (Matland, 1995). O sucesso de uma política, portanto, depende menos dos objetivos iniciais e mais dos processos locais e das habilidades e decisões dos atores envolvidos na implementação (Howlett; Ramesh; Perl, 2013). Nesse sentido, Maynard-Moody e Musheno (2003) enfatizam que a discricionariedade dos agentes implementadores é um mecanismo adaptativo essencial, permitindo ajustes de normativas muitas vezes irrealistas às realidades da implementação, gerando impactos positivos.

Michael Lipsky (1980) foi uma figura central nesta fase, com seu conceito *Street-Level Bureaucracy*, que destacou o poder e a influência dos burocratas de nível de rua na moldagem da implementação das políticas através de suas decisões diárias. Esta geração enfatizou a importância dos atores locais e de suas interações cotidianas no sucesso ou fracasso das políticas públicas.

A discricionariedade dos agentes encarregados da implementação de políticas públicas, um conceito amplamente explorado por Lipsky (1980), confere a esses indivíduos uma autonomia significativa na definição dos aspectos qualitativos e quantitativos dos benefícios e sanções distribuídos aos cidadãos. Esta autonomia transforma-os em agentes ativos na formulação de

políticas, ultrapassando a mera execução. Lipsky (1980) argumenta que a discricionariedade é crucial como um mecanismo de adaptação e autopreservação em situações de carga de trabalho excessiva e limitações de recursos.

Por outro lado, Maynard-Moody e Musheno (2003) destacam que a ação discricionária pode ser orientada por uma variedade de lógicas, incluindo as influências de valores morais na percepção dos usuários e nas decisões sobre o que eles necessitam ou "merecem". Esta abordagem ampliada enfatiza a complexidade e a multifacetividade inerentes ao papel dos implementadores no contexto das políticas públicas.

Contudo, o modelo *bottom-up* também enfrenta críticas significativas. Uma delas é a tendência de negligenciar as decisões e políticas formuladas em níveis hierárquicos mais elevados, bem como as questões de legitimidade e aderência às normas e leis estabelecidas. Outra limitação apontada é a dificuldade de generalizar os achados desse modelo, devido à sua ênfase em contextos e casos locais específicos. Adicionalmente, o modelo *bottom-up* é frequentemente visto como excessivamente focado na descrição, sem fornecer soluções práticas robustas para a melhoria na implementação de políticas públicas.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por intensos debates entre as duas principais correntes: *top-down* e *bottom-up*. Durante esse período, as pesquisas desenvolvidas frequentemente apresentavam pouca interação entre essas duas escolas de pensamento. Além disso, muitas vezes, esses estudos se concentravam em objetos empíricos diferentes, o que naturalmente levava a conclusões variadas (Lotta, 2019).

Então, nos anos 1990, são propostos modelos alternativos de análise que buscam sair do binômio *bottom-up* e *top-down* e propor outros modelos analíticos. Trata-se da terceira geração de estudos de implementação, buscando integrar as perspectivas *top-down* e *bottom-up* (Bichir, 2020). Esta geração procurou entender a implementação em um contexto mais holístico e multifacetado. Teóricos como Paul Sabatier, com seu *Advocacy Coalition Framework*, e Richard Matland, com seu modelo de Ambiguidade-Conflito, foram proeminentes nesta geração.

O modelo de Matland (1995) argumenta que a eficácia da implementação é influenciada por dois fatores diretamente relacionados à tomada de decisões dos atores: conflito e ambiguidade. Essa abordagem sugere que a ambiguidade, ou a incerteza relacionada a objetivos e meios de uma política, pode tanto gerar quanto mitigar conflitos. Em seu modelo, ele propõe uma matriz com quatro tipos de contextos de implementação: Administrativa, Política, Experimental e Simbólica. Cada um desses contextos apresenta uma combinação única de conflito e ambiguidade, exigindo estratégias diferenciadas para uma implementação eficaz. O modelo reconhece a importância das abordagens *top-down* e *bottom-up*, enfatizando que a seleção apropriada entre elas depende de uma análise cuidadosa dos níveis de conflito e ambiguidade em cada contexto específico.

O *Advocacy Coalition Framework* (ACF) ou Modelo de Coalizões de Defesa (MCD) é uma abordagem teórica focada nas crenças e sistemas de crenças das coalizões de defesa em subsistemas políticos e destaca a importância da aprendizagem orientada para políticas como um fator crucial na mudança de políticas governamentais (Sabatier, 1988; Sabatier e Weible, 2007). O MCD propõe uma estrutura tripartida de crenças, abrangendo um Núcleo Profundo, um Núcleo de Política e Aspectos Secundários, e ressalta a aprendizagem orientada para políticas como mecanismo para coalizões influenciarem a formulação de políticas, sobretudo em um contexto de recursos escassos. O modelo fornece uma compreensão da dinâmica das políticas públicas, sublinhando o papel das crenças das coalizões de defesa, e da aprendizagem orientada para políticas (Sabatier, 1988).

Os modelos de terceira geração nos estudos de implementação de políticas públicas, como o Modelo de Coalizões de Defesa e o modelo de Ambiguidade-Conflito, representam um avanço significativo na análise de políticas, buscando articular as abordagens *top-down* e *bottom-up*. Estes modelos reconhecem e enfatizam a complexidade dos sistemas políticos, integrando múltiplas perspectivas para uma compreensão mais holística tanto das estruturas de implementação quanto das dinâmicas contextuais e relacionais. Caracterizados por uma visão de processos decisórios contínuos e interconectados, estes modelos destacam a interação entre diversos atores, a importância dos níveis de conflito e ambiguidade, a relevância das crenças, e aprendizagem orientada para políticas.

A quarta e atual geração dos estudos de implementação, com início nos anos 2000, caracteriza-se pelas contribuições de diferentes campos disciplinares, como Ciência Política, Administração Pública, Sociologia e Economia, proporcionando uma visão multifacetada dos processos de implementação. Esta abordagem interdisciplinar, ressalta a complexidade e o dinamismo da implementação, enfatizando a interação entre múltiplos atores e as várias dimensões das políticas públicas. Essa perspectiva considera, ainda, a complexificação dos modelos de ação estatal, decorrente direta das reformas nas administrações públicas (Lotta, 2019).

Particularmente notável nesta geração é a atenção aos contextos locais e específicos. A implementação é vista como um processo que deve ser adaptado às realidades e particularidades de cada comunidade, ressaltando a importância da cooperação e participação de uma gama diversa de atores estatais e não estatais. Ao expandir as abordagens anteriores, a quarta geração de estudos adota uma perspectiva abrangente que vai além dos modelos lineares ou de camadas únicas de implementação. Ela reconhece e incorpora a complexidade que caracteriza a implementação em múltiplos níveis e camadas de governo (Hill; Hupe, 2003).

Além disso, a quarta geração de estudos sobre implementação de políticas públicas enfatiza a importância de abordagens metodológicas adequadas para capturar a complexidade e a dinâmica das interações em múltiplos níveis. Isso inclui a utilização de modelos analíticos que consideram as

relações entre os diferentes atores, as estruturas de governança e as dinâmicas de poder em jogo em cada nível de implementação.

Nesta nova abordagem, temas como governança, interações entre atores estatais e não estatais, instrumentos de ação pública, novos arranjos institucionais, processos multiníveis, sistemas de coordenação e capacidades estatais são enfatizados (Lotta, 2019; Cock *et al.*, 2022). Estes aspectos são fundamentais para entender a complexidade da implementação inerente ao contexto atual de produção de políticas.

Cada geração de estudos trouxe novas perspectivas e compreensões, ampliando o entendimento à implementação de políticas públicas no contexto contemporâneo. Lotta (2019), sintetiza o conhecimento adquirido com o avanço dos estudos de implementação em cinco postulados principais: (1) a formulação e a implementação de políticas públicas são processos contínuos interligados, envolvendo decisões de diversos atores em uma cadeia complexa; (2) os processos decisórios nas políticas públicas são caracterizados por múltiplas camadas e níveis, exigindo análises diferenciadas; (3) a implementação de políticas envolve interações intensas entre atores estatais e não estatais, formando um processo altamente interativo; (4) a implementação é influenciada por uma variedade de fatores que vão além das regras formais, incluindo contextos organizacionais e individuais; e, (5) a compreensão da realidade de uma política pública deve ir além do normativo e formal para desvendar processos decisórios reais e seus desdobramentos.

Esses pressupostos, aliados à evolução dos estudos no campo, revelam que a implementação de políticas é intrinsecamente influenciada por uma diversidade de fatores. Entendemos que é essencial reconhecer e incorporar a análise desses elementos para alcançar uma compreensão completa e bem fundamentada da política em questão. A partir dessa concepção, advogamos que cada abordagem, representando as diversas gerações de estudos, traz uma visão singular e enriquecedora, essencial para decifrar a complexidade envolvida na implementação de uma política pública.

Este trabalho utilizará como caso demonstrativo o Programa de Aprendizagem na Idade Certa. Através de investigações anteriores sobre esta política, ilustraremos como diferentes modelos teóricos podem contribuir de forma distinta e enriquecedora para a compreensão da implementação das políticas públicas em contextos reais e dinâmicos.

PERCURSO METODOLÓGICO E QUESTÕES ÉTICAS

O trabalho tem natureza qualitativa, ancorada em uma revisão bibliográfica com foco no Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC). Os dados utilizados na discussão são constituídos por cinco artigos publicados em periódicos acadêmicos brasileiros classificados nos

estratos A no Qualis-Capes, e um capítulo de livro, selecionados criteriosamente para assegurar a relevância e a pertinência dos dados em relação ao tema proposto.

Dada a natureza exploratória deste estudo e as limitações de escopo, foi selecionado um conjunto conciso e representativo de trabalhos, abrangendo de forma equitativa as três últimas gerações de estudos de implementação de políticas públicas. Estas gerações de estudos foram escolhidas por se adequarem ao central pressuposto de que a implementação de uma política pública é influenciada por uma variedade de fatores que vão além das regras formais.

Os trabalhos selecionados foram desenvolvidos no âmbito da Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais (REIPPE), um foro de articulação de pesquisadores interessados na produção de conhecimento sobre implementação de políticas públicas educacionais. A categorização dos estudos por geração e a análise dos artigos, foram conduzidas pelas técnicas de Análise de Conteúdo conforme delineado por Bardin (2016).

O PAIC foi escolhido como o caso de estudo principal devido à sua relevância e representatividade no contexto educacional brasileiro. Este programa oferece uma oportunidade rica para examinar as dinâmicas de implementação de políticas educacionais, incluindo os desafios, estratégias e resultados alcançados. A análise conduzida neste estudo teve o propósito primordial de desvendar a maneira pela qual cada geração de estudos pode enriquecer a compreensão da implementação das políticas públicas. Além disso, a escolha do PAIC pode ser justificada pela complexidade de seu desenho, que envolve o regime de colaboração entre o governo do estado do Ceará e seus 184 municípios.

Os documentos empregados na análise deste estudo são de acesso livre e gratuito na internet, assegurando transparência e facilidade no acesso à informação. Além disso, todas as referências e fontes utilizadas foram devidamente citadas e reconhecidas, em conformidade com os padrões acadêmicos. Em virtude dessa aderência às normas éticas e de citação, este estudo cumpre integralmente com os critérios éticos estabelecidos para a condução de pesquisas científicas.

O PROGRAMA DE APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA (PAIC)

O Programa de Alfabetização na Idade Certa, iniciado no Ceará em 2007, é uma iniciativa pioneira voltada para melhorar a qualidade do ensino nos municípios do estado, com foco particular na alfabetização inicial, leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental. Este programa estabeleceu uma colaboração inovadora entre o governo estadual e os 184 municípios cearenses, marcando uma experiência significativa de coordenação federativa.

O compromisso dos municípios com o PAIC incluiu a valorização e profissionalização dos docentes, revisão de planos de cargos, carreira e remuneração do magistério municipal, definição de

critérios técnicos para seleção de diretores escolares, implantação de sistemas de avaliação do aprendizado infantil e ampliação do acesso à educação infantil. Também foi promovido o incentivo à leitura e escrita. Por outro lado, o estado do Ceará ofereceu suporte à gestão municipal, formação continuada para professores da educação infantil ao 2º ano do ensino fundamental, além de fornecer livros de literatura infantil e materiais didáticos.

Esta política se estruturou em cinco eixos: Gestão da Educação Municipal, Avaliação Externa, Alfabetização, Educação Infantil, e Literatura Infantil e Formação do Leitor. Estes eixos abrangem desde o fortalecimento da gestão municipal até a promoção de práticas de leitura e escrita. A avaliação externa dos alunos no segundo ano do ensino fundamental e a formação continuada dos professores foram elementos chave para garantir a alfabetização de todos os alunos até os oito anos de idade (Mota; Biar; Ramos, 2019).

O PAIC incluiu a instauração de duas premiações: o Prêmio Escola Nota Dez, para escolas com desempenho destacado em avaliações externas, e o Prêmio Gestão Escolar, voltado para escolas com práticas exemplares de gestão escolar. O Prêmio Escola Nota Dez também oferecia auxílio financeiro e técnico-pedagógico, a partir da cooperação com as escolas premiadas, para as escolas com os piores índices, com o objetivo de melhorarem sua performance.

Além disso, o sistema de incentivos do PAIC envolveu um repasse expressivo da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as prefeituras. Esse mecanismo visava motivar os agentes políticos a incrementar os investimentos em educação, de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 14.023/2007.

O sucesso do PAIC inspirou a criação do Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) pelo Ministério da Educação em 2012, que buscou traduzir as estratégias bem-sucedidas do PAIC em nível nacional até 2017. O PAIC é reconhecido por seu impacto significativo na aprendizagem dos alunos e por sua abordagem integrada e adaptativa, abordando diferentes aspectos da educação e demonstrando a eficácia de uma gestão flexível e inovadora em políticas educacionais. Com as adaptações e expansões que sofreu com o passar dos anos, atualmente, a proposta original está compreendida no Programa de Aprendizagem na Idade Certa (Mais PAIC), que tem como objetivo melhorar a aprendizagem dos alunos das escolas cearenses, da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental (Bravo; Ribeiro; Cruz, 2021).

Por sua elaborada abordagem e seus resultados significativos, o PAIC constitui um terreno fértil para investigações, contribuindo para o entendimento de como diferentes componentes de uma política educacional interagem e contribuem para o sucesso educacional.

A POLÍTICA SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS ANALÍTICAS

A implementação do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) no estado do Ceará, Brasil, fornece um cenário rico para a análise das diferentes gerações de estudos de implementação de políticas públicas. Com base nos estudos de Mota (2018), Mota, Biar e Ramos (2019), Schwaitzer e Lima (2023), Sumiya e Sano (2021), Cruz, Farah e Ribeiro (2020), e Ribeiro, Bonamino e Martinic (2020), emerge um panorama compreensivo sobre a complexidade e os múltiplos aspectos envolvidos na execução de políticas educacionais. O quadro a seguir busca sintetizar as abordagens teóricas encontradas nos artigos selecionados:

Quadro 1: Abordagens teóricas e estratégias metodológicas dos artigos selecionados

| Artigo | Abordagem teórica | Geração | Estratégia metodológica |
|-------------------------------------|--------------------------------|---------|-------------------------------------|
| Mota (2018) | Agentes Implementadores | 2ª | Entrevistas e análise de documental |
| Mota, Biar e Ramos (2019) | Agentes Implementadores | 2ª | |
| Schwaitzer e Lima (2023) | Ambiguidade e Conflito | 3ª | |
| Sumiya e Sano (2021) | Modelo de Coalizão de Defesa | 3ª | |
| Cruz, Farah e Ribeiro (2020) | Monitoramento da Implementação | 4ª | |
| Ribeiro, Bonamino e Martinic (2020) | Monitoramento da Implementação | 4ª | |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da perspectiva *bottom-up*, característica da segunda geração, os estudos de Mota (2018) e Mota, Biar e Ramos (2019), enfatizam o papel significativo dos agentes implementadores locais na adaptação das políticas às realidades específicas. Estes estudos ressaltam a discricionariedade dos agentes locais como um mecanismo adaptativo essencial, permitindo ajustes das normativas às realidades da implementação.

Mota (2018) analisa a implementação do Prêmio Escola Nota Dez (PENDez) no estado do Ceará, focando na percepção dos agentes implementadores — burocratas de nível de rua (BNR) e de médio escalão (BME) —, em quatro pares de escolas parceiras da região do Cariri (CE). A pesquisa aborda três dimensões: contexto organizacional e institucional, percepção e atuação dos agentes do PENDez, e adaptações feitas pelos agentes implementadores.

A análise dos fatores organizacionais e institucionais permitiu identificar diferenças e particularidades em cada município e categoria de escolas, com base em dados do Spaece-Alfa, Ideb e Censo Escolar. A pesquisa revelou a discricionariedade dos agentes implementadores, o que foi evidenciado por meio de estratégias variadas utilizadas pelos diretores das escolas para garantir a participação dos alunos na avaliação do Spaece-Alfa, envolvendo a comunidade escolar. A escolha dos agentes escolares contemplados pelo prêmio aconteceu de formas diferentes em cada escola premiada. Por fim, foi constatado que os agentes implementadores fazem adaptações no

currículo, na avaliação e no trabalho pedagógico para obter a premiação, afetando a interpretação e implementação do PENDez (Mota, 2018).

A investigação da percepção e atuação dos agentes implementadores em relação à política educacional revelou aspectos fundamentais para entender sua dinâmica: primeiramente, foi destacada a capacidade significativa de tomada de decisão e ação autônoma desses agentes no contexto da implementação, evidenciando a importância da autonomia na condução efetiva da política. Observou-se que a obtenção de premiação não apenas motivou, mas também direcionou comportamentos específicos entre os agentes implementadores.

A orientação estratégica, induzida pelo prêmio, colabora decisivamente para o alcance dos objetivos da política, pois incentiva os agentes a adaptarem os currículos e práticas pedagógicas de forma alinhada aos critérios estabelecidos, refletindo mais do que uma abordagem inovadora e flexível: uma resposta direta e eficaz aos incentivos estruturados pelo PAIC. As variações e particularidades na implementação da política em diferentes contextos ilustram a diversidade e complexidade inerentes à aplicação de políticas educacionais, ressaltando a necessidade de uma abordagem adaptativa e sensível às realidades locais.

O artigo de Mota, Biar e Ramos (2019) investiga a percepção que os agentes envolvidos na implementação (BNR e BME) têm sobre os eixos de avaliação e premiação do programa. Os dados obtidos demonstram a apropriação da matriz de referência das avaliações e reconhecem a importância dos resultados para orientar intervenções pedagógicas. Eles destacam a utilização dos descritores e habilidades exigidas em cada eixo das avaliações para adaptar suas práticas de ensino e planejar as atividades em sala de aula.

As percepções dos agentes implementadores acerca do sistema de premiação do PAIC variam de acordo com seus níveis hierárquicos na burocracia educacional. Os burocratas de nível de rua tendem a valorizar o sistema de premiação de forma mais acrítica, enxergando-o como um estímulo positivo para a melhoria da prática pedagógica e como um reconhecimento pelo esforço. Por outro lado, os burocratas de médio escalão enfatizam mais a influência dos instrumentos de indução da política, como o sistema de premiação, e como esses incentivos podem operar como um estímulo para atingir as metas estabelecidas, demonstrando uma compreensão pautada no mérito e no sucesso (Mota; Biar; Ramos, 2019).

A compreensão das percepções dos agentes implementadores acerca dos eixos da política permite identificar como esses atores interpretam e dão significado às ações e estratégias do programa. A partir dos resultados da pesquisa é possível compreender como os implementadores da política utilizam os resultados das avaliações para orientar suas intervenções pedagógicas e adaptar suas práticas de ensino. Também revelam como os burocratas de nível de rua e de médio escalão interpretam e valorizam os incentivos oferecidos pelo programa. Esses resultados são fundamentais

para aprimorar a implementação da política, garantindo que as ações e estratégias estejam alinhadas com as necessidades e expectativas dos envolvidos no contexto educacional.

A terceira geração de estudos está representada por Sumiya e Sano (2021) e Schwaitzer e Lima (2023). Sumiya e Sano (2021) empregam o Modelo de Coalizões de Defesa para investigar a formação de coalizões de atores e como suas crenças comuns influenciam as políticas públicas. Schwaitzer e Lima (2023), por sua vez, utilizam o modelo de Ambiguidade-Conflito para analisar a implementação do PAIC, destacando a necessidade de flexibilidade e adaptação aos contextos locais.

A investigação conduzida por Sumiya e Sano (2021) teve como objetivo analisar o processo de formação de uma coalizão que resultou na priorização do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) como uma política fundamental no estado do Ceará.

A pesquisa identificou que diversos atores (o governo estadual, a Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC), a União dos Dirigentes Municipais de Educação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, professores, prefeitos, secretários municipais de educação e outros gestores educacionais) se uniram em prol de um objetivo comum, o de garantir a alfabetização na idade certa, e que o alto grau de participação dos diferentes atores foi um elemento crítico na formação das coalizões (Sumiya; Sano, 2021).

Foram identificadas três camadas de crenças, contudo o estudo não abordou as crenças secundárias. O núcleo profundo é composto por duas convicções: (1) a defesa da educação básica pública de qualidade para a democracia e uma sociedade mais justa; (2) os princípios de igualdade e busca pela equidade. Já, as convicções identificadas como componentes do núcleo político são sete: (1) há uma idade certa para ocorrer a alfabetização; (2) direito de aprendizagem a todas as crianças; (3) regime de colaboração e parcerias com diversas instituições; (4) a alfabetização é um processo que pode ocorrer até a vida adulta; (5) dificuldade de aprendizagem creditada à pobreza; (6) Autonomia dos sistemas municipais e educacionais, a despeito do regime de colaboração previsto na Constituição Federal de 1988; (7) a alfabetização é um processo que deve ser iniciado na pré-escola (Sumiya; Sano, 2021).

As crenças identificadas na investigação refletem os valores e princípios que orientam a política pública, fornecendo uma base normativa para as ações concretas desenvolvidas ao longo dos anos para enfrentar o problema da alfabetização escolar. Além disso, as crenças ajudam a entender como diferentes atores se uniram em torno de um objetivo comum, formando uma coalizão em prol da alfabetização na idade certa, o que foi fundamental para o sucesso do programa, demonstrando a importância da colaboração e do trabalho conjunto para a promoção da educação pública de qualidade.

As crenças também ajudam a compreender o processo de aprendizagem nas políticas públicas, que envolve a reflexão e reação dos atores frente aos resultados alcançados pelas políticas públicas, levando-os a reforçar ou refutar as relações causais presentes em suas convicções. No caso do PAIC, o processo de aprendizagem nas políticas públicas levou à identificação de crenças prioritárias, como a importância da alfabetização na idade certa e o direito de aprendizagem a todas as crianças, que foram disseminadas e defendidas pelos atores envolvidos na política (Sumiya; Sano, 2021).

O artigo de Schwaitzer e Lima (2023), analisa as condicionantes da implementação do programa a partir do modelo Ambiguidade-Conflito, proposto por Matland (1995). Para isso, foram analisados o grau de ambiguidade presente nos principais marcos regulatórios da política e o grau de conflito percebido a partir dos relatos dos agentes implementadores.

Os resultados da pesquisa apontam para a combinação de diferentes modelos de implementação, com grau de ambiguidade que garante flexibilidade para adaptações nos contextos locais. A investigação também identifica baixo grau de conflito em todo o estado, com exceção na capital, que por um período foi caracterizada com alto conflito fundamentado em uma rivalidade político-partidária entre o governo do estado e da capital. Contudo, em 2013, com a saída de um dos grupos políticos no poder, a rivalidade foi superada, e o grau de conflito foi reduzido (Schwaitzer; Lima, 2023).

A mobilização do modelo Ambiguidade-Conflito destacou a flexibilidade e a capacidade de adaptação do programa, essenciais para atender às necessidades específicas de cada município, o que corrobora para uma implementação adequada em contextos diversos. A análise revela como a gestão e resolução de conflitos políticos, especialmente entre o governo estadual e municipal, são determinantes para a efetividade da política.

Por fim, a quarta geração, refletida nos estudos de Cruz, Farah e Ribeiro (2020) e Ribeiro, Bonamino e Martinic (2020), aborda a complexidade e a natureza dinâmica do processo de implementação. Este grupo de estudos destaca a interação entre múltiplos atores e níveis de governo e a importância de estratégias de implementação flexíveis e adaptativas.

A análise conduzida por Ribeiro, Bonamino e Martinic (2020) teve como objetivo discutir o modelo de regulação de duas iniciativas governamentais: a política de educação para os anos iniciais do ensino fundamental de Marília, município de São Paulo, e o PAIC no Ceará. Considerando o escopo deste estudo, abordaremos apenas os resultados obtidos acerca do PAIC. Cabe esclarecer que, embora o trabalho de Ribeiro, Bonamino e Martinic (2020) não discorra exclusivamente sobre a política de nosso interesse, a discussão realizada pelos autores é de grande relevância para nós.

O estudo é fundamentado no conceito de Sociologia da Regulação, uma abordagem teórica que busca compreender como as sociedades regulam suas atividades econômicas, políticas e sociais. Ela se concentra na análise das instituições, normas e regras que orientam as interações sociais e econômicas, bem como nas formas como essas instituições são criadas, mantidas e transformadas ao longo do tempo. A Sociologia da Regulação também se preocupa em entender como as mudanças nas relações sociais e econômicas afetam as instituições regulatórias e como essas mudanças podem ser gerenciadas de forma a promover o bem-estar social e econômico (Ribeiro; Bonamino; Martinic, 2020). Com isso, a investigação partiu de categorias que consideram: (1) o contexto de implementação e condicionalidades; (2) a regulação nas escolas ou redes de ensino: mediação das interações e coordenação das ações; e, (3) o modelo de regulação das iniciativas estudadas.

No que tange ao contexto de implementação e condicionalidades da política, os resultados indicam que o poder dos dirigentes para tomadas de decisões desempenhou um papel crucial na execução do programa. Além disso, a intencionalidade e o interesse das elites dirigentes foram fatores determinantes para a implementação do PAIC. A capacidade técnica dos dirigentes e agentes implementadores também foi considerada como um aspecto relevante, influenciando diretamente a forma como o programa foi executado. Em relação à regulação nas escolas/redes de ensino, observou-se que os instrumentos, técnicas e ferramentas utilizados desempenharam um papel fundamental na mediação das interações e coordenação das ações da política.

Além disso, foram identificadas tensões, conflitos e espaços de negociação que impactaram a implementação do programa, evidenciando a complexidade das relações no contexto escolar. Quanto ao modelo de regulação do PAIC, verificou-se que o acompanhamento das escolas pelos órgãos dirigentes, o currículo adotado e o uso dos resultados de avaliação externa desempenharam um papel central na regulação das ações e interações no contexto do programa. Esses elementos contribuíram para moldar a forma como o programa foi implementado e monitorado, influenciando os resultados obtidos (Ribeiro; Bonamino; Martinic, 2020).

O modelo analítico utilizado por Cruz, Farah e Ribeiro (2020) no estudo, considera as estratégias de gestão implementadas pelo PAIC e sua relação com os resultados alcançados em termos de equidade educacional, conceito central para a investigação. Isso inclui a análise das ações sistêmicas, do acompanhamento e monitoramento das ações e dos resultados, da mobilização dos municípios e outros atores sociais, entre outros aspectos.

Através dessa abordagem, foi identificada a redução das disparidades de desempenho entre alunos de áreas mais e menos favorecidas, evidenciando a eficácia do programa em oferecer igualdade de oportunidades educacionais a crianças de diversos contextos socioeconômicos. Além disso, estratégias de gestão eficazes foram identificadas como fatores cruciais para o sucesso do

PAIC, como a reorganização da Secretaria de Educação, a implementação de ações estratégicas em cascata, a utilização de ferramentas unificadoras para os agentes implementadores, uma abordagem sistêmica no acompanhamento e avaliação das ações, e a mobilização ativa de municípios e outros atores sociais. Tais estratégias, juntamente com a busca pela construção de um ambiente de confiança e colaboração entre os diferentes atores envolvidos na implementação e um sistema de avaliação eficaz, contribuíram substancialmente para a efetividade do programa e para o avanço da equidade educacional no estado (Ribeiro; Bonamino; Martinic, 2020).

Os estudos acima, coletivamente, destacam a complexidade da implementação de políticas públicas educacionais, ressaltando a necessidade de abordagens adaptativas, colaboração interinstitucional e estratégias sistêmicas. A partir das diferentes categorias analíticas utilizadas nos estudos sobre a implementação do PAIC aqui expostos, mesmo com o número limitado de trabalhos, já foi possível compor um conjunto integrado de evidências sobre a implementação da política:

- Os Burocratas de Nível de Rua (BNR) e Burocratas de Médio Escalão (BME) foram identificados com um papel fundamental no programa. Eles exercem autonomia na adaptação do currículo às necessidades locais, usando avaliações para orientar intervenções pedagógicas e adaptar práticas de ensino. Além disso, valorizam e interpretam os incentivos oferecidos pelo programa, contribuindo para sua implementação alinhada com as necessidades educacionais.
- A formação de coalizões entre atores governamentais e educacionais foi um destaque. Essas coalizões compartilham crenças comuns, servindo como base normativa para o PAIC. Essa união de diferentes atores em torno do objetivo da alfabetização na idade certa demonstrou a importância da colaboração e do trabalho conjunto para o sucesso do programa.
- A implementação experimental do PAIC permitiu flexibilidade e adaptação a diferentes contextos locais, devido à ambiguidade em seus regulamentos. Isso possibilitou atender às necessidades específicas de cada município, ressaltando a importância da gestão eficaz de conflitos políticos, especialmente entre o governo estadual e municipal.
- Na perspectiva da quarta geração, observou-se uma complexa interação entre diversos atores e níveis de governo, com estratégias de gestão adaptativas essenciais para reduzir disparidades educacionais e promover uma abordagem colaborativa e sistêmica na implementação do PAIC.

A partir da exposição dos resultados obtidos por diferentes modelos teóricos e analíticos, percebe-se que a implementação de uma política pública é um processo complexo e multifacetado. Ao integrarmos os resultados das pesquisas sobre o Programa Alfabetização na Idade Certa, constata-se uma intrincada rede de fatores relacionada à sua implementação que são cruciais para o seu êxito. Os diferentes modelos teóricos de estudos de implementação contribuem com perspectivas únicas e valiosas, conforme demonstrado neste trabalho, o que ressalta a necessidade de uma agenda de pesquisa que privilegie a articulação destes, para a compreensão da complexidade e das especificidades que as políticas públicas carregam em seus diferentes contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo elucidar a complexidade da implementação de políticas públicas, tomando como estudo de caso o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), sob a ótica de diferentes gerações de estudos de implementação. Ao longo do trabalho, foi possível observar como cada abordagem teórica, representando uma geração distinta de estudos, contribui de forma singular para a compreensão desse processo multifacetado.

A implementação, conforme discutido, não é um processo linear ou uniforme, mas um fenômeno complexo, influenciado por uma diversidade de fatores, incluindo a natureza da política, o contexto institucional, as características dos agentes implementadores e as dinâmicas políticas e sociais. A análise do PAIC ilustrou como as diferentes abordagens teóricas - desde a visão *bottom-up*, passando pelos modelos de ambiguidade-conflito e coalizões de defesa, até a perspectiva integradora da quarta geração - oferecem insights valiosos para desvendar essa complexidade.

Através da revisão bibliográfica realizada, este estudo ressalta a importância de uma abordagem holística e adaptativa na implementação de políticas públicas. A capacidade de adaptar a política às especificidades locais, a importância de considerar as percepções e ações dos agentes implementadores, e o reconhecimento dos desafios e oportunidades inerentes aos diferentes contextos foram aspectos enfatizados por todas as gerações de estudos analisadas.

O PAIC, como um caso de estudo, revelou-se um exemplo robusto da interação desses múltiplos fatores, demonstrando a eficácia de estratégias adaptativas e participativas na implementação de políticas educacionais. A compreensão da implementação como um processo dinâmico, que envolve negociação, adaptação e aprendizado contínuo, emerge como um ponto crucial para o sucesso de políticas públicas em ambientes complexos e em constante mudança.

Os limites desta pesquisa residem principalmente na sua natureza exploratória e no número restrito de trabalhos analisados na revisão bibliográfica. Além disso, a concentração nas abordagens

de análise do PAIC pode restringir a aplicabilidade dos resultados a contextos distintos. A utilização de revisões bibliográficas, apesar de valiosa, também limita a exploração de novos dados empíricos e o aprofundamento em detalhes mais específicos das metodologias de análise de políticas. Contudo, as contribuições deste estudo têm potencial significativo ao oferecer uma perspectiva integrada de diversas abordagens teóricas na análise da implementação de políticas públicas.

Finalmente, este artigo reforça a necessidade de uma agenda de pesquisa em políticas públicas que integre diferentes modelos teóricos e metodológicos. Tal abordagem permitirá uma compreensão mais completa dos processos de implementação, contribuindo para políticas mais eficazes e contextualizadas. A complexidade inerente à implementação de políticas públicas demanda uma análise que vá além dos modelos tradicionais, abraçando a diversidade e a riqueza das perspectivas que cada abordagem teórica oferece.

REFERÊNCIAS

BARRETT, S. M. Implementation studies: time for a revival? Personal reflections on 20 years of implementation studies. **Public Administration**, Oxford, v. 82, n. 2, p. 249-262, 2014.

BICHIR, R. Para além da “fracassomania”: os estudos brasileiros sobre implementação de políticas públicas. In: MELLO, Janine *et al.* (org.). **Implementação de políticas e atuação de gestores públicos – experiências recentes das políticas das desigualdades**. Brasília: Ipea, 2020. p. 23-43.

BRAVO, M. H. A.; RIBEIRO, V. M.; CRUZ, M. C. M. T. O programa aprendizagem na idade certa (paic) segundo artigos acadêmicos brasileiros. **Política e Gestão Educacional (on-line)**, Araraquara, v. 25, n. 3, p. 2910–2932, 2021.

COCK, J.C.A.N. et al. Pesquisas sobre implementação de políticas educacionais no Brasil: um estado do conhecimento. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, e26769, p. 1-23, 2022.

CRUZ, M. C. M. T.; FARAH, M. F. S.; RIBEIRO, V. M. Estratégias de gestão da educação e equidade: o caso do programa aprendizagem na idade certa (mais paic). **Política e Gestão Educacional (on-line)**, Araraquara, v. 24, n. 3, p. 1286–1311, 2020.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política Pública seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Tradução técnica: Fernando G. Heidemann. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013

LOTTA, G. S. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, G. S. (org.). **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. p. 11-38.

LIPSKY, Michael. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public service**. New York: Russel Sage Foundation, 1980.

MAYNARD-MOODY, S.; MUSHENO, M. **Cops, Teachers and Counselors**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2003.

MATLAND, R. E. Synthesizing the Implementation Literature: The AmbiguityConflict Model of Policy Implementation. **Journal of Public Administration Research and Theory**, Oxford, v. 5, n. 2, p. 145-174, Apr. 1995.

MEIRA, M.; BONAMINO, A. Contribuições dos estudos de implementação para a análise de políticas educacionais: uma breve discussão do contexto de implementação da BNCC. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021.

MOTA, M. O. Implementação de políticas públicas educacionais na perspectiva dos agentes burocráticos. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 29, n. 72, p. 684–709, 2018.

MOTA, M. O.; BIAR, L. A.; RAMOS, M. E. N. A implementação do programa de alfabetização na idade certa no estado do Ceará. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, [S. l.], v. 4, p. 1–17, 2019.

OLIVEIRA, A. C. P. de *et al.* **A Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais em ação: trajetória, produção e incidência no campo da educação**. Curitiba: CRV, 2023. 330 p.

PRESSMAN, J.; WILDAVSKY, A. **Implementation: how great expectations in Washington are dashed in Oakland; or Why it's amazing that federal programs work at all, this being the saga of the Economic Development Administration as told by two sympathetic observers who seek to build morals on a foundation of ruined hopes**. Berkeley: University of California Press, 1973.

RIBEIRO, V. M.; BONAMINO, A.; MARTINIC, S. Implementação de políticas educacionais e equidade: regulação e mediação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 698–717, 2020.

RIBEIRO, V. M.; BONAMINO, A.; PAES DE CARVALHO, C. Reflexões e aprendizagens. In: MELLO, J.; RIBEIRO, V. M.; LOTTA, G.; BONAMINO, A.; PAES DE CARVALHO, C. (orgs.). **Implementação de políticas e atuação de gestores públicos: experiências recentes das políticas de redução das desigualdades**. Brasília: Ipea, 2020, v. 1, p. 259-262.

SABATIER, P. A. An Advocacy Coalition Framework of Policy Change and the Role of Policy Oriented Learning Therein. **Policy Science**, v. 21, n. 2/3, p. 129-168, 1988.

SABATIER, P. A.; WEIBLE, C. M. The advocacy coalition: innovations and clarifications. In: SABATIER, P. (ed.). **Theories of the policy process**. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2007.

SCHWAITZER, B. P.; LIMA, N. C. M. A implementação do PAIC: entre a ambiguidade e o conflito. In: OLIVEIRA, A. C. P. de *et al.* (Org.). **A Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais em ação: trajetória, produção e incidência no campo da educação**. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2023. p. 277-292.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SUMIYA, L. A.; SANO, H. Coalizão advocatória e aprendizado nas políticas públicas: as mudanças nas convicções centrais do PAIC. **Educação e Pesquisa**, [S. l.] v. 47, p. 1, 2021.